

Francisco Paulo Jamil Marques<sup>1</sup> , Deivison Henrique de F. Santos<sup>2</sup> ,  
Camila Mont'Alverne<sup>3</sup>  & Paulo Ferracioli<sup>4</sup> 

## *A atuação do jornalismo editorial no escândalo JBS:*

*uma análise comparativa sobre os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo*

*Editorial journalism and the JBS scandal in Brazil: a comparative study of Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo editorials*

*Periodismo editorial y el escándalo de JBS en Brasil: un estudio comparativo acerca de las opiniones de Folha de S. Paulo y de O Estado de S. Paulo*

### **Introdução**

No dia 17 de maio de 2017, o jornal *O Globo* (OG) divulgou, em primeira mão, um áudio cujo conteúdo tratava de um diálogo privado entre o então presidente da República, Michel Temer (MDB), e o empresário Joesley Batista, proprietário do grupo JBS (JARDIM, 2017). A gravação, realizada no Palácio do Jaburu, sede da Vice-Presidência da República, mencionava, entre outras informações, uma suposta “mesada” que a empresa de Joesley estaria

1 Professor e pesquisador da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: <marquesjamil@gmail.com>

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. Bolsista Capes. E-mail: <deivisonfreitas@yahoo.com.br>

3 Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: <camilapessoa31@gmail.com>

4 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Curitiba, PR, Brasil. Bolsista Capes. E-mail: <ferracioli.paulo@gmail.com>

pagando a Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara dos Deputados, que se encontrava preso no âmbito da Operação Lava Jato) a fim de que ele se mantivesse em silêncio quanto às acusações de corrupção que envolviam diversos agentes do campo político. A divulgação do áudio deu origem a um dos maiores escândalos do governo Temer, ocasionando, à época, rumores de que o mandatário poderia renunciar (MATTOSO; BRAGON, 2017). O “escândalo da JBS”, como o caso ficou conhecido, originou duas denúncias elaboradas pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra Michel Temer.

Tal episódio foi alvo de intensa cobertura noticiosa durante os meses seguintes. Este artigo, contudo, interessa-se em investigar, especificamente, de que maneira os editoriais jornalísticos de *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) abordaram o escândalo. Comparar os editoriais de FSP e OESP implica lidar com empresas que não foram as responsáveis por revelar os áudios que desencadearam o acontecimento. Com isso, os textos opinativos dos dois jornais não necessariamente precisaram se preocupar em respaldar a própria cobertura informativa – o que tende a deixar tais publicações mais à vontade para opinar por não terem recebido as mesmas críticas de que OG foi alvo por ter divulgado os diálogos do ex-presidente. A escolha por FSP e OESP se justifica, ademais, por conta do prestígio que ambas as empresas possuem junto às elites econômicas e políticas nacionais (AZEVEDO, 2017; LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016; TOKARSKI, 2019).

Ressalte-se que estudar o posicionamento editorial das publicações jornalísticas é uma forma de evidenciar seus modos de atuação política (EILDERS, 2016; FIRMSTONE, 2008, 2019), dado que, nesse espaço, os periódicos podem apresentar opiniões sem a necessidade de seguir os princípios que norteiam o jornalismo comercial (a exemplo da objetividade e da imparcialidade).

Entre os exemplos empíricos relacionados ao papel político dos editoriais, pode-se mencionar o trabalho de Robinson (1972), que analisou a influência da cobertura na decisão do voto nas eleições presidenciais americanas de 1968, apontando que os candidatos

endossados por jornais tendem a ter 6% a mais de votos, conclusão similar à encontrada por Erikson (1976). No caso de Dalton, Beck e Huckfeldt (DALTON; BECK; HUCKFELDT, 1998), os autores não encontram uma cobertura homogênea acerca dos concorrentes, mas observam que o conteúdo dos editoriais é significativamente associado às preferências dos eleitores – especialmente no caso de jornais locais, o que desaconselha qualquer tentativa de generalizar o papel político das instituições jornalísticas.

Especificamente no que concerne ao caso brasileiro, Mundim (2012) argumenta que a cobertura elaborada por quatro *quality papers* nacionais (FSP, OESP, OG e *Jornal do Brasil*) foi um fator importante para explicar os resultados das eleições presidenciais de 2002 e 2006. Embora ele não considere apenas o efeito dos editoriais, é importante registrar que tais textos opinativos também estão no *corpus* analisado pelo investigador. Em 2002, Lula da Silva e Ciro Gomes tiveram suas intenções de voto afetadas pela cobertura; já em 2006, a cobertura teve efeito importante junto às candidaturas de Geraldo Alckmin e Cristóvam Buarque, colaborando para que houvesse segundo turno naquela disputa. Desse modo, enfatizar o estudo empírico sobre as opiniões das instituições jornalísticas permite diagnosticar de quais ideias e grupos políticos elas mais se aproximam (MONT'ALVERNE, 2017), oferecendo uma compreensão adicional a respeito dos alinhamentos existentes no ambiente midiático brasileiro.

Partindo-se da premissa de que uma das funções do jornalismo é hierarquizar o leque de assuntos oferecidos ao público (GUERRA, 2014; LAGE, 2011; MCCOMBS, 2005) e de que as empresas jornalísticas atuam na condição de atores políticos interessados em influenciar os debates da esfera pública (COOK, 2011; EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2016; PAGE, 1996; THESEN, 2017; VAN AELST; WALGRAVE, 2017), torna-se relevante compreender o posicionamento de tais instituições em momentos de crise – sobretudo porque, à época, havia frequente contestação da legitimidade dos dirigentes que assumiram o país após o *impeachment* de

Dilma Rousseff (PT) (AMORIM NETO, 2016; SANTOS; GUARNIERI, 2016).

Mesmo que outros trabalhos apontem para a maior liberdade dos editoriais para fugir das pautas que marcam as seções noticiosas (EILDERS, 1999; FIRMSTONE, 2008; MARQUES; MONT’ALVERNE, 2019), sabe-se que os jornais não podem ignorar eventos extraordinários nesses espaços – inclusive por conta de questões mercadológicas, já que publicações concorrentes tenderiam a se posicionar acerca das turbulências políticas (ESPINOSA, 2003).

As perguntas de partida deste trabalho, assim, são as seguintes: quais abordagens os jornais FSP e OESP privilegiaram ao tratar do escândalo da JBS em seus editoriais? Como foram caracterizados os agentes centrais vinculados a tal acontecimento? Quais diferenças podem ser identificadas nos posicionamentos editoriais quando comparadas as publicações? Para responder a essas indagações, este trabalho emprega estratégias metodológicas de natureza quantitativa e qualitativa.

O próximo tópico oferece uma breve revisão da literatura sobre a função política e institucional dos editoriais. Posteriormente, o caso JBS é apresentado à luz da literatura sobre escândalos políticos. Na sequência, são detalhadas as estratégias metodológicas aqui empregadas e apresentados os resultados empíricos. O texto é encerrado com um debate sobre as descobertas da investigação, sublinhando-se as formas de ação política das empresas jornalísticas examinadas.

### **As funções políticas do jornalismo editorial**

Mesmo que as origens da imprensa remetam a um papel fundamentalmente instrumental – trata-se da chamada “imprensa de opinião” ou “partidária” (GOMES, 2004) –, a expansão de um novo modelo de negócios a partir do final do século XIX fez com que a atividade de publicar informações se tornasse mais profissionalizada – o que passou a envolver a adoção de determinados compromissos com o público e a busca por independência de

atores político-estatais (CHALABY, 1996, 1998; CURRAN, 2002; SCHUDSON, 2001; VOS; WOLFGANG, 2018).

A conformação de um campo social próprio do jornalismo (BOURDIEU, 1997) implicou, então, a observação normativa de princípios como imparcialidade, objetividade e neutralidade (HARCUP; O'NEILL, 2001, 2017; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2019). Nesse contexto, entre as estratégias utilizadas pelo jornalismo comercial, estão desde a adoção do *lead* até a separação entre as seções informativas e opinativas dos jornais (BIROLI; MIGUEL, 2012; KAPLAN, 2012; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2019; VOS, 2011).

Todavia, ainda que reivindicuem exercer um papel essencial na condição de mediadoras entre cidadãos e representantes políticos (COOK, 2011; VAN DALEN, 2015), sabe-se que as publicações jornalísticas não se comportam como instituições desinteressadas ao selecionarem pautas e ângulos que marcam a cobertura de acontecimentos socialmente relevantes (DE VREESE, 2005; HOPMANN; VAN AELST; LEGNANTE, 2011).

Na abordagem neoinstitucionalista da ciência política, as instituições são compostas por regras formais e informais, que delimitam, orientam e constroem as ações daqueles que as integram (HALL; TAYLOR, 2003; PERES, 2008; SCOTT, 2013), de modo que o jornalismo pode ser compreendido como uma instituição nesse contexto. Cook (2011) é um dos autores que faz o esforço de aplicar a corrente neoinstitucionalista ao jornalismo, ao salientar que, embora existam normas e valores comuns que caracterizam a atividade jornalística, o sistema midiático é constituído por grupos de interesse. Sendo assim, mais do que simplesmente transmitir informação, as empresas jornalísticas também atuam enquanto instituições políticas detentoras de objetivos específicos (COOK, 2011; EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015; PAGE, 1996; SPARROW, 1999).

Thesen (2017), em consonância com Van Aelst e Walgrave (2017), sublinha o papel das instituições jornalísticas no processo de distribuição de poder entre a elite política. Para o autor, o sistema

midiático *mainstream* teria como ênfase primária a dimensão comercial. Entretanto, por meio do conteúdo que publicam, as empresas jornalísticas atuam enquanto instituições políticas intermediárias ao afetarem o processo representativo e a distribuição de poder entre os demais atores e instituições (PAGE, 1996; THESEN, 2017). Considera-se, assim, que o conteúdo publicado pelos jornais pode ser utilizado como um indicador empírico de sua atuação política.

Diante disso, e a despeito dos desafios impostos às instituições de comunicação em função do desenvolvimento das redes sociais digitais e de plataformas alternativas de conteúdo (CRILLEY; GILLESPIE, 2018; MOSCO, 2018), o jornalismo permanece sendo um ator relevante, mas que precisa continuamente se dedicar a manter sua credibilidade e a fortalecer suas competências enquanto instituição fiscalizadora (ESSER; NEUBERGER, 2019). Nesse cenário, os editoriais se destacam por evidenciar os modos como os jornais acompanham e interpretam o andamento do processo político – inclusive exercendo pressão sobre lideranças públicas (EILDERS, 1999). O texto de opinião institucional se mostra o espaço mais adequado para aferir o que pensa uma publicação (FIRMSTONE, 2019), sobretudo por ser o espaço no qual a empresa usufrui da prerrogativa de agendar questões que considera relevantes.

Tais textos proporcionam aos periódicos – utilizando-se de uma linguagem persuasiva e direcionada às lideranças políticas e econômicas (ALVES FILHO, 2006; ARMAÑANZAS; NOCÍ, 1996; FIRMSTONE, 2008, 2019) – a liberdade para perseguir uma agenda temática própria (EILDERS, 1999), reivindicando, ao mesmo tempo, atuarem enquanto representantes da opinião pública (MARQUES *et al.*, 2017; MONT'ALVERNE; MARQUES, 2018).

Dito de outra forma, os textos de opinião institucional constituem o espaço por excelência no qual as instituições jornalísticas se posicionam como detentoras de interesses particulares (MARQUES; MONT'ALVERNE, 2019), inclusive ao endossarem

candidaturas eleitorais com propostas alinhadas às suas demandas.<sup>5</sup> Em estudo sobre as eleições para o Senado norte-americano entre 1988 e 1992, Khan e Kenney (2002) demonstram a influência dos editoriais sobre as preferências dos votantes. Os pesquisadores destacam que, em sintonia com uma cobertura noticiosa favorável aos candidatos apoiados pelas empresas jornalísticas, os endossos editoriais influenciaram a decisão de voto dos cidadãos – sobretudo dos leitores mais assíduos. Druckman e Parkin (2005), por sua vez, enfatizam a importância dos editoriais no processo de construção da imagem pública dos candidatos à corrida eleitoral pelo Senado no estado norte-americano de Minnesota, em 2000.

A respeito das estratégias metodológicas usualmente empregadas para investigar o conteúdo das publicações jornalísticas, destaca-se a teoria do enquadramento. Na concepção de Entman (1993), o jornalismo enquadra ao salientar determinadas partes da informação relacionada a um assunto em detrimento de outros aspectos. Enquadrar, nesse sentido, é emoldurar a maneira pela qual os acontecimentos são repassados ao público, enfatizando-se questões específicas de um evento (MENDONÇA; SIMÕES, 2012; SCHEUFELE; TEWKSBURY, 2007; WEAVER, 2015). A análise de enquadramento envolve o estudo sobre como os assuntos são abordados e acerca de quais perspectivas são privilegiadas, o que permite compreender as preferências e posicionamentos, por exemplo, das empresas jornalísticas.

Ressalte-se, contudo, que os estudos na área de comunicação política têm reconhecido linhagens diversas de compreensão e aplicação da ideia de enquadramento (MCCOMBS, 2005; MENDONÇA; SIMÕES, 2012; POZOBON; SCHAEFER, 2014; WEAVER, 2015). De fato, enquanto diferentes trabalhos brasileiros se dedicam a utilizar a noção de enquadramento para investigar a cobertura noticiosa (BIROLI; MANTOVANI, 2014; CAMPOS, 2014; RIZZOTTO; ANTONELLI; FERRACIOLI, 2016), outros utilizam a mesma estrutura analítica para se pensar os editoriais

---

5 No caso nacional, pode-se mencionar o apoio editorial de OESP à candidatura de José Serra, em 2010 (EDITORIAL..., 2010), e de Aécio Neves, em 2014 (A HORA..., 2014).

(AZEVEDO, 2018; MONT'ALVERNE, 2017). Quanto a este último caso, Essary (2007) argumenta que os editoriais são peças privilegiadas para analisar enquadramentos porque necessariamente dependem de enquadrar um assunto para convencer os leitores sobre a opinião que apresentam. Uma vez que os editoriais são textos redigidos de modo assertivo, dificilmente eles deixam dúvidas sobre as reais intenções e posicionamentos do autor.

Antes de encerrar esse tópico, é importante dizer que permanecem escassas as investigações brasileiras dedicadas a esquadrihar as implicações políticas do jornalismo editorial. Um levantamento realizado em maio de 2020 na plataforma Scielo (<https://www.scielo.br>) em cinco periódicos brasileiros de prestígio na área de ciência política (Leite, 2015) revelou os seguintes resultados: nas 26 edições da *Revista Brasileira de Ciência Política* (RBCP) publicadas entre 2011 e 2019, somente dois artigos mencionaram “editoriais” no título ou no resumo; no caso da *Opinião Pública* (OP), apenas quatro trabalhos citaram o referido termo em 46 edições lançadas no intervalo que vai de 2000 a 2019; já a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS) conta com dois manuscritos em 71 edições veiculadas entre 1997 e 2020; a *Dados*, por sua vez, publicou três artigos em 92 edições publicadas entre 1996 e 2019, o que compreende um período maior do que 20 anos; e a mesma tendência de abordagem escassa do tema é constatada no caso da *Revista de Sociologia e Política*, visto que somente um artigo, em todos os 63 números editados entre 1999 e 2019, refere-se a “editoriais” no título ou no resumo.

De qualquer modo, registre-se a relevância de manuscritos de autores nacionais que têm abordado o assunto ao examinar questões como: os posicionamentos editoriais das empresas jornalísticas em relação a instituições políticas (AZEVEDO; CHAIA, 2008; JORGE, 2003); a construção da imagem pública de autoridades (MARQUES; MONTALVERNE, 2013; NAVA; MARQUES, 2019); e, por fim, acontecimentos como o *impeachment* de Dilma Rousseff (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2019; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2019). Porém, poucos trabalhos têm se voltado

a examinar como o jornalismo editorial se posiciona sobre os escândalos políticos – um elemento recorrente na democracia brasileira, diga-se. Diante da relevância desta lacuna, pretende-se examinar de que modo jornais de destaque no cenário nacional se posicionaram sobre um escândalo que eclodiu em meio às crises políticas que marcaram o período 2015-2020 no país.

### **Escândalos políticos e o caso da JBS**

A consolidação das instituições jornalísticas transformou o modo pelo qual a imprensa passou a relatar e a se posicionar acerca de determinados acontecimentos – inclusive no que se refere às definições socialmente compartilhadas sobre o que constitui um escândalo político (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008; AZEVEDO, 2010; DJERF-PIERRE; EKSTROM; JOHANSSON, 2013; GOMES, 2004; THOMPSON, 2002). De acordo com Harmer e Stanyer (2015), o escândalo político implica a exposição midiática de uma violação – cometida por atores ou instituições políticas – de certas normas e valores morais. Isto é, escândalos políticos são transgressões – no caso de autoridades políticas, abuso de poder ou traição à confiança social – que ganham visibilidade ampliada graças ao papel mediador das instituições de comunicação (ALLERN; VON SIKORSKI, 2018; HARMER; STANYER, 2015).

Em resumo, se, há algumas décadas, muitos desvios ficavam circunscritos a realidades locais, a comunicação de massa exacerbou a capacidade da desaprovação pública de agentes que são surpreendidos ao transgredirem determinadas regras – tornando, em muitas situações, o escândalo político um escândalo midiático (THOMPSON, 2002). Ao se tornar midiático, o escândalo exacerba seus efeitos sobre a reputação dos agentes, que passam a ter dificuldades em cultivar uma imagem pública positiva e veem seu capital político diminuir severamente, a depender da proporção do caso (GOMES, 2004; WEBER, 2004).

Tal lógica se aplica ao escândalo da JBS.<sup>6</sup> As primeiras revelações sobre o áudio que envolvia o presidente do referido grupo, Joesley Batista, e o então presidente da República, Michel Temer, foram divulgadas pelo *site* do jornal OG em 17 de maio de 2017 (JARDIM, 2017). A gravação fazia parte do acordo de delação premiada assinada por Joesley e por seu irmão, Wesley Batista. A documentação de posse do Ministério Público Federal também se referiu a políticos de outros partidos, como o então senador Aécio Neves (PSDB) e Guido Mantega (PT), que atuou como ministro da Fazenda entre março de 2006 e dezembro de 2014.

As informações coletadas pelos delatores motivaram a elaboração de duas denúncias criminais elaboradas pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Na primeira denúncia, encaminhada em 26 de junho de 2017, Temer foi acusado de corrupção passiva pelo suposto recebimento de R\$ 500.000,00 de propina de Joesley Batista em troca de favorecimento em processos sob responsabilidade do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade (SOUZA; BRESCIANI, 2017). A segunda denúncia foi endereçada em 14 de setembro daquele mesmo ano e acusava o presidente de organização criminosa e obstrução de justiça, por ter instigado Joesley a atrapalhar a colaboração premiada de Lucio Funaro com a justiça (TUROLLO JR., 2017).

Nenhuma das duas denúncias teve o prosseguimento autorizado pela Câmara dos Deputados (KATTAH, 2017; CÂMARA..., 2017) – impedindo que o Supremo Tribunal Federal analisasse o caso enquanto o mandato de Michel Temer estivesse vigente. Ainda assim, mostra-se relevante compreender de que maneira épocas de crise estimulam os jornais a se posicionarem sobre eventos políticos e a defenderem suas agendas.

---

6 JBS é a sigla associada às letras iniciais do nome de José Batista Sobrinho, fundador da empresa que atua no ramo de processamento de carnes e que figura entre as maiores do mundo em seu setor. Ao longo de governos anteriores, a empresa recebeu investimentos públicos advindos de programas associados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (BNDES, 2019).

## Procedimentos metodológicos

Para realizar a análise aqui delineada, foram considerados os editoriais publicados por FSP e OESP. Essas publicações foram selecionadas porque, além de sua alta tiragem considerando-se o panorama brasileiro (FOLHA..., 2020), elas detêm prestígio em relação às elites políticas e econômicas nacionais. Deve-se mencionar, ainda, que tais instituições jornalísticas possuem trajetória de destaque na história política brasileira, tendo participado de momentos relevantes da vida nacional, como o apoio à instauração do regime militar de 1964 e a posterior transição para a democracia (AZEVEDO, 2017; PILAGALLO, 2012). Nas duas últimas décadas, os jornais têm explorado a cobertura sobre diversos escândalos envolvendo personagens do cenário político brasileiro, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (ALBUQUERQUE, 2016; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; GOLDSTEIN, 2017).

Para além de ocuparem papel relevante no mercado da informação brasileiro, os dois periódicos, sediados em São Paulo, são concorrentes diretos no mercado de discursos públicos (LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016). Tal situação pode incentivá-los a estabelecer distinções editoriais, a fim de garantir a fidelidade de determinados nichos da audiência (MONT'ALVERNE; ATHANÁSIO; MARQUES, 2018).

Vale acentuar, ademais, o potencial de agendamento intermediário dos jornais em questão. Tal conceito se refere ao grau de influência mútua entre diferentes instituições de comunicação (FERNANDES, 2015; HARDER; SEVENANS; VAN AELST, 2017). Em decorrência de seu prestígio em diversas esferas da vida pública, algumas instituições jornalísticas têm a capacidade de estabelecer agendas que são acompanhadas por outras instituições do campo da comunicação: é o caso de jornais como *The New York Times* (NYT), no contexto estadunidense (DENHAM, 2014), e de periódicos brasileiros, a exemplo daqueles aqui estudados (AZEVEDO, 2017; VIMIEIRO, 2010).

Já o recorte temporal adotado pelo estudo está associado ao período de cobertura jornalística mais intensa sobre o escândalo. Consideraram-se os editoriais publicados por FSP e OESP entre 18 de maio e 17 de setembro de 2017 – período compreendido entre o dia posterior à publicação dos áudios até o encerramento do mandato do então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. A saída de Janot do cargo marca o fim do recorte temporal, uma vez que a nova procuradora, Raquel Dodge, não apresentou novas denúncias vinculadas ao escândalo da JBS contra Temer.

A coleta dos textos se deu por meio do acesso aos portais dos dois periódicos.<sup>7</sup> Durante o período, 241 editoriais foram veiculados pela FSP (que publica, em média, duas peças de opinião por dia)<sup>8</sup> e 369 textos integraram as páginas de OESP (este periódico conta com três textos diários).

Em seguida, utilizando-se o NVivo, todos os textos que integram o *corpus* foram filtrados a fim de detectar a presença de palavras-chave relacionadas ao escândalo aqui analisado: “Joesley”, “Wesley”, “JBS”, “Batista”, “J&F” e “Friboi”. Após a adoção de tais procedimentos, chegou-se ao número de 103 editoriais a comporem o *corpus* da pesquisa, sendo 45 editoriais da FSP (cerca de 18,6% de todos os editoriais do jornal no período correspondente à amostra) e 58 de OESP (o que corresponde a 15,7% de todos os editoriais publicados pela organização no intervalo aqui considerado). Decidiu-se agrupar os editoriais por semanas com o intuito de verificar a frequência com a qual termos de interesse desta investigação foram acionados ao longo dos meses. Considerando-se o primeiro dia da contagem como sendo 18 de maio de 2017, foram contabilizadas 18 semanas.

7 FSP (<https://www.folha.uol.com.br/>); OESP (<https://www.estadao.com.br/>).

8 Embora a FSP publique, normalmente, dois editoriais por dia, o jornal não descarta a possibilidade de publicar somente um editorial mais longo sobre algum assunto que desperte maior interesse do periódico. Um exemplo que compõe o *corpus* da pesquisa em tela é o texto publicado no dia 4 de junho de 2017, intitulado “Sem Temer”. Na ocasião, a FSP dedicou todo o seu esforço editorial para tratar apenas de um tema, que foi o julgamento da chapa Dilma-Temer pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Já a dimensão qualitativa dessa investigação envolveu o mapeamento de agentes, instituições, juízos de valor e temas de maior destaque. Por meio da leitura de uma amostra aleatória de 20 editoriais de cada jornal (isto é, 40 das 103 peças), foi possível inventariar um conjunto preliminar de variáveis e categorias que permitiram compreender os principais aspectos destacados pelos periódicos em suas posições editoriais. Ressalte-se que tal estratégia metodológica foi empregada em estudos anteriores da área de jornalismo político (GOLAN, 2006; GRONEMEYER; PORATH, 2015).

Essa fase prévia da análise empírica propriamente dita permitiu conhecer o teor geral das opiniões institucionais e, desse modo, elaborar um livro de códigos detalhado, que acabou dividido em quatro variáveis: *i*) agentes relacionados ao escândalo ou à cobertura realizada sobre o acontecimento; *ii*) instituições relacionadas ao escândalo ou à cobertura realizada sobre o acontecimento; *iii*) juízos de valor que os editoriais fazem sobre os escândalos; e *iv*) tema central do editorial (este item permite depreender qual ênfase o jornal conferiu a cada texto). Sublinhe-se que as categorias abrangidas em cada variável (com exceção da variável “tema”) podem ter sua ocorrência assinalada de forma simultânea – ou seja, pode-se identificar a ocorrência de mais de uma delas em um mesmo editorial.

#### Quadro 1 – Livro de códigos

<b>AGENTES</b>
A.1 – Presidente Temer
A.2 – Políticos da situação, com ou sem cargo (seja nomeado, seja eletivo)
A.3 – Políticos de oposição, com ou sem cargo eletivo
A.4 – Integrantes do sistema de Justiça (ministros do STF, TSE, juízes etc.)
A.5 – Integrantes do MPF
A.6 – Delatores da JBS (nomes dos irmãos Batista ou seus apoiadores)
A.7 – Outros delatores

A.8 – Profissionais da imprensa
A.9 – Outros agentes identificados durante a leitura do material
<b>INSTITUIÇÕES</b>
I.1 – Órgãos do Poder Executivo (ministérios, autarquias e empresas públicas)
I.2 – Órgãos do Poder Legislativo (Câmara, Senado e Congresso)
I.3 – Órgãos do Poder Judiciário (STF, TSE, tribunais de justiça)
I.4 – Ministério Público Federal
I.5 – Polícia Federal
I.6 – Partidos da situação
I.7 – Partidos da oposição
I.8 – JBS
I.9 – Órgãos de imprensa
I.10 – Quaisquer outras entidades (organizações, empresas, grupos, ONGs etc.).
<b>JUÍZOS DE VALOR SOBRE O ESCÂNDALO</b>
<b>J1. Avaliação sobre comportamento de Temer</b>
J1.1. Não há irregularidade no comportamento do presidente
J1.2. Não é possível saber se se trata de irregularidade
J1.3. O presidente adotou uma conduta criminosa ou conduta suspeita
J1.4. Resposta de Temer e do governo ao escândalo não é adequada
J1.5. Resposta de Temer e do governo ao escândalo é adequada
J1.6. Outras
<b>J2. Avaliações sobre atuação de instituições envolvidas no escândalo</b>
J2.1. Crítica à atuação de órgãos do Poder Executivo
J2.2. Crítica à atuação de órgãos do Poder Legislativo

J2.3 Crítica à atuação de órgãos do Poder Judiciário
J2.4 Crítica à atuação do Ministério Público Federal
J2.5. Crítica à atuação da JBS
J2.6. Outras
<b>J3. Consequências do escândalo</b>
J3.1. Instabilidade política
J3.2. Escândalo atrapalha a recuperação econômica do país
J3.3 Não haverá grandes mudanças no cenário
J3.4 Outras
<b>J4. Saídas para a crise pós-escândalo</b>
J4.1. Temer deve permanecer
J4.2. Temer deve renunciar
J4.3. Temer deve sofrer <i>impeachment</i>
J4.4. Eleições devem ser antecipadas
J4.5. Investigações devem prosseguir
J4.6. Reformas devem ser preservadas
J4.7 Saída incerta
J4.8. Outras
<b>TEMA CENTRAL DO EDITORIAL</b>
<b>1 – Abordagem econômica do escândalo:</b> queda na confiança dos investidores; dificuldade de controle inflacionário; desemprego; queda na projeção de crescimento, dentre outros assuntos.
<b>2 – Abordagem política do escândalo:</b> perda de apoio da base aliada; possibilidade de renúncia de Temer; denúncias da PGR; queda nos índices de confiança da população; prejuízos ao andamento das reformas; impactos eleitorais para 2018; desentendimentos intrapartidários.
<b>3 – Abordagem jurídica do escândalo:</b> apoios e críticas à atuação do Ministério Público e das demais instituições responsáveis pelas investigações; foco nos embates entre as classes política e judiciária; ativismo do Poder Judiciário.

Elaboração própria.

Assim, por meio do livro proposto, será possível detalhar a cobertura editorial e compreender, mais exatamente, a natureza dos argumentos construídos pelos periódicos. Para garantir a confiabilidade da codificação, foi realizado um teste preliminar com 14 editoriais (7 da FSP e 7 de OESP), o que representa pouco mais de 10% do *corpus*. A equipe de classificação foi composta por quatro pesquisadores (entre estudantes e doutores) com experiência na codificação de materiais jornalísticos – todos eles integrantes do grupo de pesquisa no qual a presente investigação foi desenvolvida.

Quanto às variáveis “agentes” e “instituições”, o alfa de Cronbach foi sempre mais alto do que 0,747, considerado satisfatório. No caso de “tema central” e “juízos de valor”, o resultado também se mostrou apropriado: manteve-se uma média de 0,955 para os temas e de 0,66 para juízos – ambos dentro da margem aceitável (FIELD, 2005). É importante sublinhar que o menor coeficiente alfa da variável “juízos de valor” se justifica por se tratar do elemento mais subjetivo do livro de códigos. Dito de outro modo, enquanto as demais variáveis visam captar a menção direta a agentes, instituições e temas, as categorias centradas na variável “juízos” compreendem avaliações mais específicas sobre o escândalo em questão.

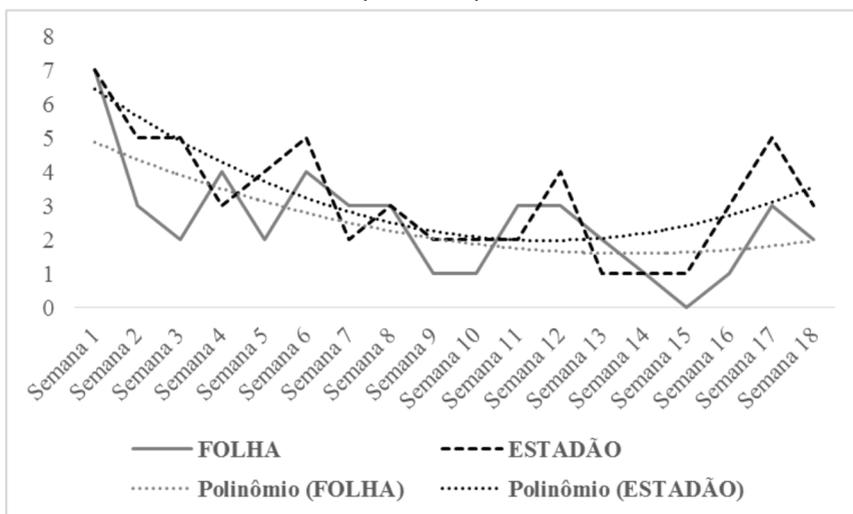
Após a realização do teste de confiabilidade, a equipe codificou todos os 103 editoriais, obtendo os resultados apresentados a seguir. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, empregando-se o teste do qui-quadrado e observando-se os resíduos padronizados para identificar diferenças e aproximações da cobertura editorial dos dois periódicos. Com exceção de “tema”, as variáveis foram analisadas como dicotômicas, dado que era possível identificar mais de um agente, instituição ou juízo de valor no mesmo texto. Os testes foram feitos cruzando-se os jornais (FSP=0 | OESP=1) com cada uma das categorias das variáveis indicadas no livro de códigos (com exceção da variável “tema”, que, conforme já citado, não se trata de variável dicotômica). O objetivo foi investigar a ausência (0) ou a presença (1) de menção a cada categoria nos editoriais de ambas as publicações. As tabelas da próxima seção apresentam, em específico, os resultados que demonstraram

valores estatisticamente significativos para o qui-quadrado e para os resíduos padronizados referentes à presença de menção a cada categoria analisada.

## Resultados

O Gráfico 1 identifica a distribuição temporal da publicação dos 103 editoriais que integram a amostra considerada neste artigo.

Gráfico 1 – Quantidade de editoriais publicados por semana



Fonte: dados da pesquisa.  
Elaboração própria

Os dados evidenciam que os dois periódicos compartilharam períodos de ápice em que publicaram editoriais sobre o escândalo. A semelhança quanto à disposição em abordar o assunto também fica evidente ao se observar as linhas de tendência polinomial das publicações. O mês de maio de 2017 (semanas 1 e 2, que abrangem de 18 a 31 do mês) representa o momento em que o escândalo veio à tona e ocupou os principais espaços dos periódicos aqui em estudo. Percebe-se que o escândalo da JBS oscilou quanto ao grau de visibilidade nas semanas seguintes, apresentando alguns picos

vinculados a acontecimentos importantes na esfera político-institucional, a exemplo da apresentação da segunda denúncia contra Temer às vésperas da saída de Rodrigo Janot da Procuradoria-Geral da República, em 14 de setembro – semanas 17 e 18 (NETTO; RAMALHO; MATOSO, 2017).

A investigação sobre o conteúdo dos textos editoriais que fazem parte do *corpus* começa por detalhar os agentes mais frequentemente mencionados nas peças opinativas (Tabela 1) – tendo em vista as distinções existentes entre os periódicos, identificadas através dos testes de diferença de médias. Vale destacar que a quantidade de menções apresentada nas tabelas se refere a quantos textos mencionaram o agente ou instituição. Ou seja, mesmo que o agente (ou instituição) tenha sido mencionado mais de uma vez no mesmo texto, será contado como apenas uma menção, dado que a unidade de análise é o editorial.

Tabela 1 – Agentes mencionados pelos editoriais

Agentes	FSP			OESP		
	N	$\chi^2$	RP	N	$\chi^2$	RP
Delatores da JBS	33	1,340	-0,4	48	1,340	0,4
Presidente Michel Temer	42	5,613*	0,7	44	5,613*	-0,6
Integrantes do MPF	10	16,279***	-2,3	36	16,279***	2,0
Políticos da situação	28	1,987	0,7	28	1,987	-0,6
Políticos de oposição	20	0,097	0,2	24	0,097	-0,2
Integrantes do sistema de Justiça	9	1,164	-0,7	17	1,164	0,6
Outros delatores	4	2,689	-1,1	12	2,689	1,0
Outros agentes	8	0,137	-0,2	12	0,137	0,2
Profissionais da imprensa	2	0,029	-0,1	3	0,029	0,1

Fonte: dados da pesquisa.

Elaboração própria.

\* $p < 0,05$  | \*\*\* $p < 0,001$

Os dados indicam diferenças nas ênfases que os jornais conferem ao escândalo: o agente mais mencionado na FSP é o ex-presidente Michel Temer, enquanto, em OESP, são os delatores da JBS – ainda que tais diferenças não sejam significativas, especialmente ao considerar os testes estatísticos sobre a presença de menção às categorias. Ao mesmo tempo, mostra-se persistente, nos editoriais de OESP, as críticas aos irmãos Joesley e Wesley Batista, recorrentemente caracterizados pela referida empresa jornalística como “criminosos”.<sup>9</sup>

Ademais, OESP se preocupa em criticar, continuamente, a atuação do Ministério Público Federal (MPF) – colocando em dúvida a legalidade dos atos oficiais da instituição e criticando o que considera ímpeto persecutório dos procuradores, conforme será possível observar nas próximas tabelas. A FSP, por sua vez, menciona bem menos os integrantes do MPF, preferindo dar centralidade ao papel do chefe do Poder Executivo federal no escândalo. Nesse sentido, os resultados do teste do qui-quadrado ( $X^2$ ) e dos resíduos padronizados (RP) (Tabela 1) corroboram a ideia de que a cobertura dos dois periódicos apresenta diferenças em certos aspectos. Enquanto os integrantes do MPF apareceram menos que o esperado na FSP (-2,3), eles foram mais citados que o esperado por OESP (2,0).

No caso das instituições citadas nos editoriais (Tabela 2), verifica-se que as duas publicações privilegiam órgãos do Poder Executivo. Também é regular a disposição, por parte dos periódicos aqui estudados, de citar a JBS.

---

9 Em editorial intitulado “Sem rumo”, o jornal afirma: “Ainda mais grave que a colaboração premiada foi a reação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, diante dos questionamentos a respeito da lisura e da conveniência de uma delação tão benéfica a um criminoso da laia do sr. Joesley.” – *O Estado de S. Paulo*, 24 de maio de 2017, p. A3.

Tabela 2 – Instituições mencionadas pelos editoriais

Instituições	FSP			OESP		
	N	$\chi^2$	RP	N	$\chi^2$	RP
Órgãos do Poder Executivo	38	9,972**	1,3	32	9,972**	-1,2
JBS	37	6,591*	1,1	34	6,591*	-0,9
Partidos da Situação	32	35,048***	3,5	8	35,048***	-3,1
Órgãos do Poder Legislativo	21	2,064	0,8	19	2,064	-0,7
Órgãos do Poder Judiciário	18	2,335	-0,8	32	2,335	0,7
Ministério Público Federal	18	4,948*	-1,2	36	4,948*	1,0
Partidos da Oposição	16	4,504*	1,4	10	4,504*	-1,2
Órgãos de imprensa	7	2,683	-1,1	17	2,683	0,9
Polícia Federal	6	4,443*	-1,4	18	4,443*	1,2
Outras	5	1,191	-0,8	11	1,191	0,7

Fonte: dados da pesquisa.

Elaboração própria.

\* $p < 0,05$  | \*\* $p < 0,01$  | \*\*\* $p < 0,001$

Porém, OESP se diferencia da FSP por se dirigir mais vezes ao Judiciário, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal, embora o resultado dos resíduos padronizados não permita afirmar que a diferença de menção às categorias entre as publicações seja significativa – em boa parte das oportunidades, a intenção do jornal é criticar o rumo das investigações. Já a FSP menciona significativamente mais que o esperado os partidos políticos da situação (3,5). Dessa forma, OESP parece se importar menos com o fato de que as denúncias envolveram agentes filiados às agremiações que integravam o condomínio governista – tanto que os resíduos padronizados indicam uma tendência a citar menos tais partidos que o esperado (-3,1).

A avaliação dos “juízos de valor” mais frequentes nos editoriais permite compreender como cada instituição jornalística se posicionou ao longo do escândalo. A primeira categoria contempla,

especificamente, a avaliação que OESP e FSP fazem acerca da postura de Michel Temer, que, em geral, guarda semelhanças.

As peças publicadas em OESP insistem na ideia de que os áudios não possibilitam asseverar que o Presidente tenha cometido irregularidade – OESP, aliás, levanta suspeitas sobre a validade legal das gravações, alegando que elas não passaram por perícia antes de virem a público<sup>10</sup>. A categoria “O presidente adotou uma conduta criminosa ou suspeita” é a única com diferenças significativas entre os periódicos. A FSP defende que Temer adotou conduta suspeita ou criminosa – mas o jornal evita afirmar que o então presidente era culpado. A diferença entre os dois periódicos fica evidente ao serem considerados os resultados dos resíduos padronizados, com a FSP apresentando mais editoriais atribuindo crime ou suspeita à conduta de Temer (RP = 3,3), enquanto OESP o aciona menos que o esperado (RP = -2,9)<sup>11</sup>.

A diferença no posicionamento das duas empresas também é verificável quando elas avaliam a atuação das instituições envolvidas no escândalo (Tabela 3).

---

10 Em editorial intitulado “A delação que é um escândalo” o jornal indaga: “Em primeiro lugar, causa escândalo o fato de que a principal notícia vazada na noite de quarta-feira passada não foi confirmada e, mesmo assim, o Ministério Público Federal (MPF) não fez qualquer retificação. [...] Ainda que a conversa apresentada seja bastante constrangedora para o presidente Michel Temer, [...] das palavras ouvidas não se comprova a alegada anuência presidencial. Ou seja, aquilo que tanto rebuliço vem causando na vida política e econômica do País [...] não foi comprovado e, pelo jeito, não o será, pelo simples fato de não existir.” *O Estado de S. Paulo*, 23 de maio de 2017, p. A3.

11  $\chi^2$ : 22,839 | Sig: 0,000.

**Tabela 3 – Avaliação sobre o desempenho de instituições relacionadas ao escândalo ou à cobertura**

Avaliações sobre atuação de instituições envolvidas no escândalo	FSP			OESP		
	N	$\chi^2$	RP	N	$\chi^2$	RP
Crítica a órgãos do Poder Executivo	21	15,323***	2,5	7	15,323***	-2,2
Crítica a órgãos do Poder Legislativo	8	4,221	1,5	3	4,221	-1,3
Crítica a órgãos do Poder Judiciário	2	1,847	-1,0	7	1,847	0,9
Crítica ao Ministério Público Federal	12	19,660***	-2,3	41	19,660***	2,0
Crítica à JBS	11	4,574*	-1,3	26	4,574*	1,1
Outras	0	4,077	-1,5	5	4,077	1,3

Fonte: dados da pesquisa.

Elaboração própria.

\* $p < 0,05$  | \*\*\* $p < 0,001$

O Ministério Público Federal é o maior alvo de críticas por parte de OESP, seguido pela JBS. O Poder Executivo, por mais que estivesse sob liderança do então presidente Temer, pouco é criticado por OESP. Já a FSP, não obstante também fazer ressalvas ao papel do MPF, escolhe Temer e os demais órgãos do Poder Executivo como os principais alvos das críticas. Mais uma vez, os resíduos padronizados fortalecem a diferença de posicionamento entre os jornais: enquanto a FSP tende a criticar mais que o esperado a atuação do Poder Executivo (2,5) e menos a do MPF (-2,3), OESP apresenta o padrão inverso (-2,2 e 2,0, respectivamente).

Outro aspecto analisado se refere aos juízos que os editoriais fizeram acerca das consequências do escândalo. Pode-se dizer que FSP e OESP convergem ao especular sobre o que deve ocorrer a partir do escândalo: ambos apontam (e, em certa medida, lamentam) a instabilidade política e os riscos que a divulgação das gravações traria para a recuperação econômica do país, mas, segundo os resíduos padronizados relativo à presença de menções, a FSP registra tendência a afirmar que não haveria grandes mudanças

no cenário (RP = 2,1), o que não é acompanhado por OESP, que não traz editoriais que se enquadrem na categoria<sup>12</sup>.

No que diz respeito às saídas para a crise pós-escândalo, FSP e OESP convergem sobre a necessidade de preservar a agenda de reformas proposta pelo governo Temer. Ao mesmo tempo, a FSP diagnostica certa imprevisibilidade no cenário político dada a quantidade de turbulências trazidas pelo escândalo – indicando, em 12 ocasiões, a categoria “saída incerta”. Há diferenças entre os dois periódicos, todavia, no que diz respeito ao prosseguimento das investigações: enquanto a FSP defende uma avaliação cuidadosa das denúncias contra Temer (inclusive apresentando mais esta saída que o esperado (RP = 2,1)), OESP pouco destaca o prosseguimento das investigações como algo relevante<sup>13</sup>.

Por fim, ao analisar os temas centrais dos textos de opinião, única variável não-dicotômica da pesquisa, percebem-se algumas ênfases distintas entre os jornais, ainda que as diferenças não sejam significativas (Tabela 4). Enquanto os editoriais da FSP privilegiam uma abordagem política, OESP concentra-se em uma abordagem jurídica do escândalo – novamente, o objetivo desta última publicação é aproveitar o espaço opinativo para criticar os agentes responsáveis pelas investigações contra o então presidente Michel Temer.

Tabela 4 – Tema central dos editoriais

Tema central	FSP		OESP	
	N	RP	N	RP
Abordagem jurídica	10	-1,9	32	1,7
Abordagem política	25	1,8	15	-1,6
Abordagem econômica	10	0,3	11	-0,2
Total	45	-	58	-

Fonte: dados da pesquisa.

Elaboração própria.

$\chi^2$  12,632 |  $p < 0,01$ .

12  $\chi^2$ : 8,212 | Sig: 0,006.

13  $\chi^2$ : 8,677 | Sig: 0,004.

A FSP confere a mesma importância às questões econômicas e jurídicas que envolvem o escândalo. Os dados, assim, evidenciam que o referido jornal está mais preocupado em avaliar os desdobramentos do escândalo no que diz respeito a seus impactos políticos. Já OESP questiona, de modo recorrente, os procedimentos jurídicos e a validade das provas apresentadas pelo MPF, refletindo em medida sensivelmente menor sobre os aspectos políticos e econômicos do caso – o que surpreende, dada a importância que o periódico costuma conferir a essa última dimensão (GUERREIRO NETO, 2016). Deve-se ressaltar, porém, que o resultado dos resúmos padronizados não permite identificar tendências significativas em relação às temáticas mobilizadas.

Ao analisar os resultados sob o ponto de vista da teoria do enquadramento, é nítido que os dois jornais optaram por utilizar os editoriais com o objetivo de oferecer interpretações diferentes acerca do escândalo. O enquadramento privilegiado pela FSP foi de natureza política, ou seja, enfatizando-se a atuação do chefe do Poder Executivo. Já o quadro apresentado por OESP privilegiou as discussões jurídicas, em tom de forte crítica ao desempenho do Ministério Público e ao papel do empresário beneficiário da delação premiada. Revela-se, em outras palavras, que a ideia de enquadramento se mostra útil para compreender a dinâmica de construção dos posicionamentos institucionais das empresas jornalísticas: não obstante FSP e OESP tratem da mesma agenda temática – o escândalo gerado a partir da revelação dos áudios –, o modo pelo qual o assunto é tratado junto à audiência se mostra dispar. A próxima seção discute os resultados apresentados com base na literatura pertinente da área de comunicação e política.

## **Discussão e considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi analisar de que maneira os editoriais jornalísticos de FSP e OESP se posicionaram acerca do escândalo da JBS. A pesquisa sobre jornalismo editorial se mostra relevante não apenas em virtude da influência que tais textos exercem sobre a opinião pública e sobre as elites políticas e econômicas

(DALTON; BECK; HUCKFELDT, 1998; DRUCKMAN; PARKIN, 2005; ERIKSON, 1976; KAHN; KENNEY, 2002; MUNDIM, 2012; ROBINSON, 1972) – colaborando para o processo de construção de imagem de instituições e agentes políticos (DRUCKMAN; PARKIN, 2005; SILVA, 2009) –, mas também porque os alinhamentos entre imprensa e poder econômico têm sido uma marca da trajetória do jornalismo brasileiro (ALBUQUERQUE, 2019; WAISBORD, 2000).

É possível afirmar, a partir da análise dos dados, que os periódicos examinados adotaram posturas diferentes ao avaliarem o escândalo. Enquanto a FSP se mostra mais crítica em relação à conduta do ex-presidente Temer e dos órgãos do Poder Executivo, OESP adota uma posição mais refratária às instituições envolvidas no processo de investigação, a exemplo do Ministério Público Federal.

Mais exatamente, ao se observar o “tema central” e os “juízos de valor” defendidos pelas instituições jornalísticas sobre o escândalo, as descobertas apontam para escolhas editoriais distintas: enquanto FSP repreendeu a conduta de Temer, OESP se debruçou sobre uma possível má atuação do Ministério Público.

O fato de OESP conferir um enfoque jurídico ao assunto está atrelado às críticas que o jornal fez à atuação do Ministério Público Federal, acusando-o de ter motivação política e de patrocinar uma cruzada contra os agentes representativos, sem se importar com as consequências disso para o país. OESP também não considera que os áudios divulgados comprovem que Michel Temer cometeu irregularidades – as críticas do jornal ao ex-presidente são apenas pontuais. A partir de certo momento da cobertura, os editoriais parecem ignorar que Temer esteve envolvido no escândalo e, por vezes, sequer mencionam o mandatário, abordando o caso JBS apenas por meio da relação de cooperação entre os empresários e os membros do Ministério Público. Já a FSP privilegiou a dimensão política do escândalo, considerando que o comportamento de Temer foi, no mínimo, suspeito. Isso não significa que o jornal não critique o Ministério Público Federal ou a JBS, mas o faz em menor medida que o concorrente.

Assim, em paralelo aos julgamentos morais previstos por Entman (1993), os editoriais da FSP adotaram uma avaliação clara sobre a atuação do então presidente Temer, condenando como, no mínimo, suspeito o comportamento do mandatário. Esse mesmo julgamento se mostrou praticamente ausente nos textos de OESP.

É preciso reconhecer, contudo, que as duas publicações também compartilharam certos padrões de posicionamento: ao avaliar os agentes e as instituições mencionadas, não há diferenças significativas entre quem são os agentes aos quais os periódicos se dirigem. Isso significa que existe uma tendência de que os jornais reconheçam as mesmas autoridades como legítimas para estabelecer alguma interlocução, seja para defendê-los, seja para criticá-los – com exceção do MPF.

Também é agenda comum aos dois periódicos a defesa das reformas econômicas propostas pelo governo vigente à época. O receio amplamente indicado nas peças opinativas das duas empresas refere-se à possibilidade de que a instabilidade política impedisse o andamento das reformas no âmbito do Congresso. Em outras palavras, as saídas para a situação também podem ser analisadas a partir da perspectiva dos enquadramentos, seguindo-se a conceituação de Entman (1993). Ambos os jornais enfatizaram que as reformas deveriam ser preservadas. Esse resultado é semelhante ao encontrado por Müller e Dornelles (2017), quando estudaram a cobertura editorial do escândalo da JBS na FSP e em OG. As autoras também diagnosticam propostas de saídas distintas por parte dos dois periódicos, mas percebem haver uma convergência acerca da necessidade de manter a agenda liberal.

Em resumo, os posicionamentos editoriais demonstram como as empresas jornalísticas podem enquadrar o escândalo de modos distintos, aproximando-se das categorias propostas inicialmente por Thompson (2002): irregularidades financeiras e irregularidades ligadas ao exercício do poder político. Ao privilegiar um quadro voltado a criticar a atuação do Ministério Público – que, na opinião do jornal, estaria em conluio com o delator para enfraquecer o presidente –, OESP deu preferência a um tratamento jurídico do tema.

A FSP, ao contrário, enfatizou, em boa parte das peças opinativas, o aspecto financeiro do escândalo, posicionando-se sobre a promiscuidade das relações entre elites empresariais e elites políticas – algo já destacado na literatura da área (HARMER; STANYER, 2015).

Ainda que tais conclusões já pudessem ser presumidas por aqueles que acompanham com regularidade o cenário político brasileiro, essa investigação comprovou, por meio de análise que obedeceu a regras replicáveis e verificáveis, portanto, científicas, qual havia sido o padrão de cobertura editorial adotado pelas instituições jornalísticas em tela.

A este ponto, chama atenção o fato de que nenhum dos dois periódicos tenha especulado, em seus editoriais, sobre a saída de Michel Temer do cargo (seja por renúncia, seja por *impeachment*) como solução para a crise. Essa constatação evidencia a diferença de tratamento dispensado pelos mesmos jornais no que se refere à cobertura que fizeram do *impeachment* de Dilma Rousseff (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2019), quando defenderam o afastamento da então presidente. Em outras palavras, as duas empresas jornalísticas ainda enxergavam Temer como ator capaz de entregar as reformas que estavam na agenda de interesses de FSP e OESP. É possível, portanto, que a cautela em evitar posicionar-se a favor da saída de Temer tenha ocorrido não em função de haver um alinhamento ideológico com tal agente político, mas pela sintonia pragmática que as publicações mantinham com a agenda econômica por ele encampada.

Ainda no que concerne às posturas editoriais de FSP e OESP nesse episódio e em crises políticas anteriores, ressalte-se que tem sido recorrente a análise que as empresas fazem de acontecimentos políticos por meio de uma lente que privilegia aspectos econômicos. No caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, as justificativas elencadas pelas duas instituições jornalísticas para sustentar o apoio à deposição da então mandatária não se ancoraram na dimensão jurídica dos crimes dos quais ela estava sendo acusada (MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2019), e sim em lógicas mais diretamente vinculadas ao desempenho econômico do país naquela

época (PIMENTEL, 2019). Tais resultados indicam certa tolerância das duas empresas jornalísticas ao flexibilizar as regras do jogo democrático a depender dos resultados econômicos viabilizados pelo governante.

O artigo também se propôs a consolidar a análise de conteúdo como ferramenta de investigação sujeita a critérios de confiabilidade. A criação de livro de códigos e o respeito a índices de confiabilidade são passos importantes para as pesquisas em comunicação política no Brasil (MARQUES; MIOLA, 2018), de modo que novas investigações podem refinar esse conhecimento e consolidar tais práticas nessa área de pesquisa. Futuras investigações, ao proporem um intervalo temporal maior e uma variedade mais ampla de publicações, podem indicar em que medida os posicionamentos aqui reportados se repetem na imprensa brasileira.

## Referências

- A HORA da razão. **O Estado de S. Paulo**, 5 out. 2014. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-hora-da-razao-imp-,1571206>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Voters against public opinion: the press and democracy in Brazil and South Africa. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3.042-3.061, 2016.
- ALBUQUERQUE, Afonso. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: a glimpse from Brazil. **Journalism**, v. 20, n. 7, p. 906-923, 2019.
- ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 153-172, 2007.
- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. Ao vivo, de Brasília: Escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais**, v. 39, n. 2, p. 61-69, 2008.
- ALLERN, Sigurd; VON SIKORSKI, Christian. Political scandals as a democratic challenge: from important revelations to provocations, trivialities, and neglect. **International Journal of Communication**, v. 12, p. 3014-3023, 2018.

- ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.
- AMORIM NETO, Octavio. A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, n. 52, p. 43-54, 2016.
- ARMAÑANZAS, Emy.; NOCÍ, Javier Díaz. **Periodismo y argumentación: géneros de opinión**. Lejona: Universidad del País Vasco, 1996.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. **Em Debate**, v. 2, n. 3, p. 14-19, 2010.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **A grande imprensa e o PT (1989-2014)**. São Carlos: EdUFSCar, 2017.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2, p. 270-290, 2018.
- AZEVEDO, Fernando Antônio; CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 173-204, 2008.
- BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. A parte que me cabe nesse julgamento: a *Folha de S. Paulo* na cobertura ao processo do “mensalão”. **Opinião Pública**, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2014. DOI: 10.1590/1807-01912014202204.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 22-43, 2012.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **O BNDES e a JBS**. Brasília: BNDES, 2019. Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/jbs/>. Acesso em: 5 jul. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CÂMARA dos Deputados rejeita segunda denúncia contra Temer. **O Globo**, 25 out. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/camara-dos-deputados-rejeita-segunda-denuncia-contra-temer-21993126>. Acesso em: 22 mar. 2020.

- CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, v. 20, n. 3, p. 377-406, 2014.
- CHALABY, Jean K. Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s. **European Journal of Communication**, v. 11, n. 3, p. 303-326, 1996.
- CHALABY, Jean K. **The invention of journalism**. New York: Palgrave Macmillan, 1998.
- COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 203-247, 2011.
- CRILLEY, Rhys; GILLESPIE, Marie. What to do about social media? Politics, populism and journalism. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 173-176, 2018.
- CURRAN, James. **Media and power**. Londres: Routledge, 2002.
- DALTON, Russell J.; BECK, Paul A.; HUCKFELDT, Robert. Partisan Cues and the Media: Information Flows in the 1992 Presidential Election. **American Political Science Review**, v. 92, n. 1, p. 111-126, 1998.
- DE VREESE, Claes H. News framing: theory and typology. **Information Design Journal + Document Design**, v. 13, n. 1, p. 51-62, 2005.
- DENHAM, Bryan E. Intermedia attribute agenda setting in the New York Times. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 91, n. 1, p. 17-37, 2014.
- DJERF-PIERRE, Monika; EKSTROM, Mats; JOHANSSON, Bengt. Policy failure or moral scandal? Political accountability, journalism and new public management. **Media, Culture & Society**, v. 35, n. 8, p. 960-976, 2013.
- DRUCKMAN, James N.; PARKIN, Michael. The impact of media bias: how editorial slant affects voters. **The Journal of Politics**, v. 67, n. 4, p. 1030-1049, 2005.

- EBERWEIN, Tobias; PORLEZZA, Colin; SPLENDORE, Sergio. Media as Political Actors. *In: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The international encyclopedia of political communication.*** Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2015. p. 1-9.
- EBERWEIN, Tobias; PORLEZZA, Colin; SPLENDORE, Sergio. Media as political actors. *In: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The international encyclopedia of political communication.*** Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2016. p. 1-9.
- EDITORIAL: o mal a evitar. **O Estado de S. Paulo**, 25 set. 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,editorial-o-mal-a-evitar,615255>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- EILDERS, Christiane. Synchronization of issue agendas in news and editorials of the prestige press in Germany. **The International Journal of Communications Research**, v. 24, n. 3, p. 301-328, 1999.
- EILDERS, Christiane. Partisanship. *In: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The International Encyclopedia of Political Communication.*** Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2016. p. 1-8.
- ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- ERIKSON, Robert S. The influence of newspaper endorsements in presidential elections: the case of 1964. **American Journal of Political Science**, v. 20, n. 2, p. 207, 1976.
- ESPINOSA, Pastora Moreno. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. **Ámbitos**, n. 10, p. 225-238, 2003.
- ESSARY, Elizabeth Helen. Speaking of Globalization: Frame Analysis and the World Society. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 48, n. 6, p. 509-526, 2007.
- ESSER, Frank; NEUBERGER, Christoph. Realizing the democratic functions of journalism in the digital age: new alliances and a return to old values. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 194-197, 2019.
- FERNANDES, Carla Montuori. Da mídia impressa à audiovisual: o agendamento intermediário do escândalo da Petrobras no Jornal Nacional. **Líbero**, v. 18, n. 35, p. 111-122, 2015.
- FIELD, Andy. **Discovering Statistics with SPSS.** London: Sage, 2005.

- FIRMSTONE, Julie. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice**, v. 2, n. 2, p. 212-229, 2008.
- FIRMSTONE, Julie. Editorial journalism and newspapers' editorial opinions. **Oxford Research Encyclopedia of Communication**, p. 1-24, mar. 2019.
- FOLHA cresce e lidera circulação entre jornais do país em 2019. **Folha de S. Paulo**, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- GOLAN, Guy. Inter-media agenda setting and global news coverage. **Journalism Studies**, v. 7, n. 2, p. 323-333, 2006
- GOLDSTEIN, Ariel. La prensa brasileña y sus “cruzadas morales”: un análisis de los casos del segundo gobierno de Getúlio Vargas y el primer gobierno de Lula da Silva. **Dados**, v. 60, n. 2, p. 395-435, 2017.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRONEMEYER, María Elena; PORATH, William. A study on homogeneity between editorials and news sources opinions in the Chilean reference press. **Cuadernos.info**, v. 36, p. 139-153, 2015.
- GUAZINA, Liziane; PRIOR, Hélder; ARAÚJO, Bruno. Framing of a Brazilian crisis: Dilma Rousseff's impeachment in national and international editorials. **Journalism Practice**, v. 13, n. 5, p. 620-637, 2019.
- GUERRA, Josenildo Luiz. Transparência editorial: a credibilidade jornalística à luz dos sistemas de gestão de qualidade. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 11, n. 20, p. 196-209, 2014.
- GUERREIRO NETO, Guilherme. Da opinião à identidade: características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2, p. 92-105, 2016.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193-223, 2003.

- HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What is news? Galtung and ruge revisited. **Journalism Studies**, v. 2, n. 2, p. 261-280, 2001.
- HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What is news?: news values revisited (again). **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, p. 1470-1488, 2017.
- HARDER, Raymond A.; SEVENANS, Julie; VAN AELST, Peter. Intermedia agenda setting in the social media age: how traditional players dominate the news agenda in election times. **The International Journal of Press/Politics**, v. 22, n. 3, p. 275-293, 2017.
- HARMER, Emily; STANYER, James. Scandal, Political. In: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The international encyclopedia of political communication**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2015. p. 1-8.
- HOPMANN, David Nicolas; VAN AELST, Peter; LEGNANTE, Guido. Political balance in the news: -A review of concepts, operationalizations and key findings. **Journalism**, v. 13, n. 2, p. 240-257, 2011.
- JARDIM, Lauro. Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de Cunha. **O Globo**, 17 maio 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/dono-da-jbs-grava-temer-dando-aval-para-compra-de-silencio-de-cunha-21353935>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- JORGE, Vladimyr Lombardo. A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985-1990. **Estudos Históricos**, v. 31, n. 31, p. 64-82, 2003.
- KAHN, Kim Fridkin; KENNEY, Patrick J. The slant of the news: how editorial endorsements influence campaign coverage and citizens views of candidates. **American Political Science Review**, v. 96, n. 2, p. 381-394, 2002.
- KAPLAN, Richard. The origins of objectivity in American Journalism. In: ALLAN, Stuart. (org.). **The Routledge companion to news and journalism**. New York: Routledge, 2012. p. 25-37.
- KATTAH, Eduardo Luiz. Câmara barra denúncia por corrupção contra Michel Temer. **O Estado de S. Paulo**, 2 ago. 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,base-aliada-consegue-votos-para-arquivar-a-denuncia-contra-temer,70001921350>. Acesso em: 22 mar. 2020.

- LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 2011.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CHAGAS, Viktor. Mercado futuro: a economia política da (re)partidarização da imprensa no Brasil. **Dados**, v. 59, n. 2, p. 323-356, 2016.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MIOLA, Edna. 1989, the year that never ended: epistemology and methodology of the research in political communication in Brazil. **Comunicação e Sociedade**, v. 33, p. 107-128, 2018.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila. What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness. **Journalism**, OnlineFirst, p. 1-19, 7 fev. 2019.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; KNISS, Andressa Buttore; PUPO, Amanda. O que significa “opinião pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 25, p. 53-78, 2017.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele. Editorial journalism and political interests: comparing the coverage of Dilma Rousseff's impeachment in Brazilian newspapers. **Journalism**, OnlineFirst, 12 dez. 2019.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONTALVERNE, Camila. Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Revista Contracampo**, n. 28, p. 92-116, 2013.
- MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. Presidente Temer “quase” renunciou em maio, diz aliado. **Folha de S. Paulo**, 13 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1934919-presidente-temer-quase-renunciou-em-maio-diz-aliado.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- MCCOMBS, Maxwell. A look at agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, v. 6, n. 4, p. 543-557, 2005.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, 2012.

- MONT'ALVERNE, Camila. "Rebeldia e desalento": um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*. **Revista Compólitica**, v. 7, n. 2, p. 271-298, 2017.
- MONT'ALVERNE, Camila; ATHANÁSIO, Ester; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. The journalist between the profession and the newspaper's interests: values and routines in the production of *Folha de S. Paulo's* editorials. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, p. 384-411, 2018.
- MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Seria o jornalismo adversário da política? Os editoriais de *O Estado de S. Paulo* sobre o Congresso Nacional brasileiro. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 43, n. 3, p. 417-441, 2018.
- MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. News production routines. In: VOS, Tim P.; HANUSCH, Folker (org.). **The international encyclopedia of journalism studies**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2019. p. 1-7.
- MOSCO, Vincent. Social media *versus* journalism and democracy. **Journalism**, v. 20, n. 1, p. 181-184, 2018.
- MÜLLER, Luana Chinazzo; DORNELLES, Beatriz Correa. "Tem que manter isso, viu?" Escândalo político e consequências econômicas nos editoriais de. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 40., Curitiba, 2017. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-15.
- MUNDIM, Pedro Santos. Imprensa e voto nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 e 2006. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 123-147, 2012.
- NAVA, Mariane; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. From "leftist" to "president": journalism and editorial coverage of Brazil's Lula in five elections. **Journalism Practice**, v. 13, n. 10, p. 1.200-1.221, 2019.

- NETTO, Vladimir; RAMALHO, Renan; MATOSO, Filipe. Janot denuncia Temer, Joesley e mais 7 ao STF; presidente é acusado de organização criminosa e obstrução de Justiça. **G1**, Política, 14 set. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/janot-denuncia-temer-joesley-e-mais-7-ao-stf-por-obstrucao-e-organizacao-criminosa.ghtml>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- PAGE, Benjamin I. The mass media as political actors. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20-24, mar. 1996.
- PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.
- PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.
- PIMENTEL, Pablo. “**Não vai mesmo ter golpe**”: um estudo sobre os editoriais de *O Globo* nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- POZOBON, Rejane De Oliveira; SCHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 16, n. 3, p. 157-168, 2014.
- RIZZOTTO, Carla; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, n. 24, p. 84-95, 2016.
- ROBINSON, John P. Perceived media bias and the 1968 vote: can the media affect behavior after all? **Journalism Quarterly**, v. 49, n. 2, p. 239-246, 1972.
- SANTOS, Fabiano; GUARNIERI, Fernando. From protest to parliamentary coup: an overview of Brazil's recent history. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 25, n. 4, p. 485-494, 2016.
- SCHEUFELE, Dietram A.; TEWKSBURY, David. Framing, agenda setting, and priming: the evolution of three media effects models. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 9-20, 2007.

- SCHUDSON, Michael. The objectivity norm in American journalism. **Journalism**, v. 2, n. 2, p. 149-170, 2001.
- SCOTT, William Richard. **Institutions and organizations: ideas, interests, and identities**. 4 ed. Los Angeles: Sage, 2013.
- SILVA, Carla. A Carta ao Leitor de *Veja*: um estudo histórico sobre editoriais. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 32, n. 1, p. 89-107, 2009.
- SOUZA, André de; BRESCIANI, Eduardo. Janot oferece denúncia contra Temer por corrupção passiva. **O Globo**, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/janot-oferece-denuncia-contratemer-por-corrupcao-passiva-21522671>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- SPARROW, Bartholomew H. **Uncertain guardians: the news media as a political institution**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.
- THESEN, Gunnar. An intervening intermediary: making political sense of media influence. *In*: VAN AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan (org.). **How political actors use the media: a functional analysis of the media's role in politics**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017. p. 21-37.
- THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TOKARSKI, Marcelo. **Mídia & política 2019: hábitos de informação e monitoramento político**. Brasília, DF: FSB Comunicação, 2019.
- TUROLLO JUNIOR, Reynaldo *et al.* Janot denuncia Temer sob acusação de organização criminosa e obstrução. **Folha de S. Paulo**, 14 set. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1918472-janot-denuncia-temer-sob-acusacao-de-organizacao-criminosa-e-obstrucao.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- VAN AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan. **How political actors use the media: a functional analysis of the media's role in politics**. Cham, Suíça: Palgrave Macmillan, 2017.
- VAN DALEN, Arjen. Journalism, Political. *In*: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2015. p. 1-10.

- VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- VOS, Tim P. “A mirror of the times”: a history of the mirror metaphor in journalism. **Journalism Studies**, v. 12, n. 5, p. 575-589, 2011.
- VOS, Tim P.; WOLFGANG, J. David. Journalists’ normative constructions of political viewpoint diversity. **Journalism Studies**, v. 19, n. 6, p. 764-781, 2018.
- WAISBORD, Silvio. **Watchdog journalism in south america**: news, accountability, and democracy. New York: Columbia University Press, 2000.
- WEAVER, David H. Agenda-setting. *In*: MAZZOLENI, Gianpietro (org.). **The international encyclopedia of political communication**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2015. p. 1-9.
- WEBER, Maria Helena. Imagem pública. *In*: RUBIM, Albino. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 259-307.

## RESUMO

Este artigo examina de que modo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* se posicionaram editorialmente em relação ao escândalo das gravações envolvendo o ex-presidente Michel Temer e o empresário Joesley Batista. O *corpus* é composto por 103 editoriais publicados entre maio e setembro de 2017 – período que compreende do dia posterior à publicação dos áudios até o encerramento do mandato do então Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot. A Análise de Conteúdo quantitativa e qualitativa aponta diferenças no modo como os periódicos abordaram o escândalo: enquanto a FSP desconfia da conduta de Temer, OESP critica recorrentemente o Ministério Público Federal. Os dois jornais, porém, concordaram em preservar a agenda de reformas econômicas – o que evidencia a relevância dos editoriais para caracterizar as empresas jornalísticas como *players* do jogo político.

**Palavras-chave:** Jornalismo editorial. Jornalismo político. Editoriais. Escândalo político. Michel Temer. JBS.

## ABSTRACT

This article examines the editorial positions held by two mainstream Brazilian newspapers – *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* – regarding the scandal involving the former president, Michel Temer and the businessman, Joesley Batista. We examine 103 editorials published between May and September 2017. The period begins the day after the scandal arose to the end of the term of the then Attorney General, Rodrigo Janot. Quantitative and qualitative content analysis indicates differences in how the two newspapers addressed the scandal: while FSP insisted on distrusting Temer’s behavior, OESP criticized the Federal Public Prosecutor’s Office. Both news outlets, however, agreed that the economic agenda had to be protected. This conclusion demonstrates the relevance of editorials for characterizing newspaper companies as players in the political game.

**Keywords:** Editorial journalism. Political journalism. Editorials. Political scandals. Michel Temer. JBS.

## RESUMEN

El objetivo del artículo es analizar las opiniones editoriales de los periódicos *Folha de S. Paulo* y *O Estado de S. Paulo* acerca del escándalo implicando al expresidente Michel Temer y al empresario Joesley Batista. El corpus del análisis es constituido de 103 editoriales publicados entre mayo y septiembre de 2017 – período que abarca desde el día posterior a la publicación de los audios hasta el fin del mandato del Fiscal General del Estado, Rodrigo Janot. El Análisis de Contenido cuantitativo y cualitativo señala diferencias en cómo como los periódicos abordaron al escándalo: mientras FSP desconfía de la conducta de Temer, OESP critica la actuación del Ministerio Público Federal. Todavía, ambos los periódicos están de acuerdo en la necesidad de proteger las reformas económicas – lo que destaca la relevancia de los editoriales para caracterizar a las compañías de periódicos como *players* en el juego político.

**Palabras clave:** Periodismo editorial. Periodismo político. Editoriales. Escándalo político. Michel Temer. JBS.

Recebido em 26 de julho de 2019

Aprovado em 26 de junho de 2020